

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO SOBRE O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA NO MOVIMENTO OPERÁRIO ANARQUISTA URUGUAIO

George Fellipe Zeidan Vilela Araújo (georaujo@gmail.com)¹

Resumo: A Revolução Russa de 1917 foi um divisor de águas para a esquerda mundial. Em muitos países da América Latina, como o Uruguai, um ainda incipiente movimento operário e social começava a questionar a ordem que havia sido imposta desde o fim do período colonial. A tendência majoritária no movimento operário uruguaio era a anarquista e, se bem a Revolução haja provocado comoção e otimismo, não deixou de suscitar inúmeras questões de ordem ideológica e conceitual. Se em um primeiro momento, praticamente todos os grupos libertários saudaram-na e manifestaram sua solidariedade, posteriormente, muitos expressaram sua desconfiança e posterior rechaço. Foram delineando-se duas correntes: os *anarcoditadores* e os *anarcopuritas*. O enfrentamento entre elas seria, em grande medida, responsável pela posterior fratura e declínio do anarquismo uruguaio.

Palavras-chave: História do Uruguai; Movimento operário e social; Anarquismo

Abstract: The Russian Revolution of 1917 was a watershed for the Left around the world. In many Latin American countries, such as Uruguay, a yet incipient social and labour movement began to question the order that had been imposed since the end of the colonial period. The main tendency in the Uruguayan labour movement was the anarchist and, although the Revolution caused stir and optimism, it also gave rise to numerous ideological and conceptual questions. If at first, virtually all libertarian groups supported it and expressed their solidarity, after, many expressed their distrust and later rejection. Two tendencies began to take shape: the *anarcoditadores* and the *anarcopuritas*. The confrontation between them would be largely responsible for the subsequent fracture and decline of Uruguayan anarchism.

Keywords: History of Uruguay; Labour and social movement; Anarchism

¹ Graduado em História pela UFGM e atualmente cursando o Mestrado pela mesma instituição.

Introdução

Na trajetória do movimento operário internacional, a Revolução Russa de 1917 é um dos momentos de maior relevância, sendo frequentemente apontada como um divisor de águas para a esquerda mundial. Com efeito, a tomada do poder pelos bolcheviques e a instauração de um regime revolucionário que ameaçava subverter toda a ordem existente, serviam de inspiração e “exemplo” para militantes revolucionários de todo o globo.

Os ecos da Revolução Russa se fizeram sentir também na América Latina, que atravessava momentos agitados. Em muitos países despontava um ainda incipiente movimento operário e social, ao mesmo tempo em que se questionava com cada vez mais veemência a ordem que havia sido imposta pelas elites – oligarquias urbanas, aristocracia latifundiária e setores militares – desde o fim do período colonial (HALPERÍN DONGHI, 2006, p.304). Esse era o caso do Uruguai, onde as ações dos revolucionários russos geravam expectativa entre as esquerdas e terror entre os setores conservadores. Porém, a exemplo do que ocorria em muitos outros países, a tendência majoritária entre as esquerdas e o movimento operário uruguaio, na época, era notadamente anarquista e, se bem o evento revolucionário russo haja provocado comoção e otimismo, não deixou de suscitar inúmeras questões de ordem ideológica e conceitual.

Em um primeiro momento, praticamente todos os grupos libertários saudaram a Revolução Russa e manifestaram sua solidariedade. Contudo, com o estabelecimento, por parte dos bolcheviques, de um *governo*, muitos expressaram sua desconfiança e posterior rechaço à Rússia Soviética. Entretanto, alguns grupos, em franca contradição com o ideário anarquista não só continuaram a defender a Revolução, a *ditadura do proletariado* e o governo bolchevique, como conduziram uma grande polêmica ideológica com os grupos contrários. Foram delineando-se duas correntes principais: os *anarcoditadores*, baseados no periódico *La Batalla*, e os chamados *anarcopuritas* representados principalmente pelo periódico *El Hombre*. Enquanto os primeiros defendiam o governo soviético e a ditadura do proletariado – “dadas às atuais condições da luta de classe” –, os segundos não admitiam nenhum tipo de governo, nem mesmo os autodenominados “comunistas” e condenavam a ação dos bolcheviques.

Essas duas tendências enfrentar-se-iam violenta e apaixonadamente e as suas divergências foram, em grande medida, responsáveis pela posterior fratura e declínio do anarquismo uruguaio.

O contexto histórico uruguaio

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram de intensas transformações no Uruguai, onde um “impulso de modernização” política, econômica, social e cultural (MENDEZ VIVES, 1998, pp. 5-21) coincidiu com a chegada à região do Rio da Prata de um contingente significativo de imigrantes, oriundos sobretudo de regiões pobres da Itália e da Espanha, em busca de melhores condições de vida. Com alguns deles vieram também as ideias, que se alastravam pela Europa, de reforma ou mesmo transformação radical do sistema socioeconômico vigente. A maior parte desses indivíduos buscou trabalho nas fábricas e oficinas artesanais situadas nos arrabaldes de Montevideú, levando à emergência e configuração de uma pequena massa de trabalhadores fabris e artesanais — estrangeiros em sua maioria —, que começou a buscar meios de organizar-se para a luta econômica e sindical, “instalando na sociedade uruguaia a ‘questão social’” (RODRÍGUEZ, 2006, p.15)².

Apesar da influência das ideias socialistas e comunistas, a tendência majoritária desse movimento era anarquista. Além da ação direta (paralisações, greves, etc), o movimento operário e social valia-se da imprensa escrita para divulgar suas ideias. Através da propaganda político-ideológica e das críticas ao *status quo* veiculadas em suas publicações, foi capaz “de fazer sentir seus questionamentos e sua visão na cena pública nacional” (Idem, ibidem), e de incitar os trabalhadores a buscar melhorias para as duras condições às quais estavam submetidos. Além da insalubridade e dos salários irrisórios, os trabalhadores não contavam com nenhum tipo de legislação trabalhista ou redes de proteção social e cumpriam jornadas que às vezes ultrapassavam quinze horas diárias (RAMA, 1969, p. 64). Greves e manifestações tornavam-se cada vez mais intensas e, frente a essa situação potencialmente explosiva, alguns políticos começaram a buscar meios que pudessem conter os conflitos sociais.

Foi nesse contexto que, em 1903, o líder colorado reformista José Battle y Ordóñez³ subiu ao poder. Acreditando que os conflitos sociais engendrados pelo capitalismo poderiam ser evitados no Uruguai, desde que o Estado interviesse decididamente na vida social e econômica, Battle e seus aliados aprofundaram o processo de secularização, modernização e democratização das instituições. Ao mesmo tempo, preocuparam-se por encontrar mecanismos de integração social, implementando uma legislação sem precedentes na América Latina: salário mínimo, paridade salarial para as mulheres, um dia de descanso semanal,

² Todas as citações de trechos que no original encontram-se em língua estrangeira possuem tradução nossa.

³ José Battle y Ordóñez foi presidente por dois mandatos: 1903-1907 e 1911-1915.

pensões para os aposentados, proibição do trabalho infantil, expansão do ensino primário gratuito etc. (FREGA, 2008, p. 17). O alcance e a repercussão dessas reformas foram enormes, causando a ira dos conservadores e exercendo notável influência e certa atração sobre o movimento operário e social da época. Não obstante, a maioria dos trabalhadores manteve sua independência organizacional, e, em 1905 foi fundada a *Federación Obrera Regional Uruguaya* (FORU), o primeiro espaço de efetiva unidade sindical do país. Entretanto, disputas políticas, programáticas e organizacionais internas, somadas às diferentes e muitas vezes conflitantes interpretações das conjunturas nacionais e internacionais, levaram a FORU a alternar períodos de intensa atividade com outros de crise militante.

O segundo período de Batlle na presidência, após o mandato do também colorado Cláudio Williman (1907-1911), coincidiu com a eclosão da Grande Guerra em 1914. A conjuntura internacional incidiu fortemente na classe trabalhadora uruguaia, com o aumento do desemprego e do custo de vida, ao que os trabalhadores responderam deflagrando greves, promovendo comícios de protestos e organizando comitês pró-paz (RODRIGUES, 1999, p. 168). Cabe salientar que, enquanto os grupos anarquistas uruguaios expressaram seu total rechaço à “guerra imperialista”, os socialistas, após a repudiarem de início, declararam-se simpáticos à vitória dos aliados contra a “barbárie do militarismo prussiano”. Com o fim do conflito internacional, intensificou-se a reação dos setores conservadores – inclusive de facções do próprio Partido Colorado – ao reformismo batllista. A eleição e o mandato de Feliciano Viera (1915-1919), outro político colorado, significaram um freio às reformas e um período de grande repressão sobre o movimento operário (D’ELIA, 1984, pp. 120-123).

Nesse ínterim, começaram a chegar, em 1917, notícias da Revolução que ocorria na distante Rússia. Os ácratas uruguaios acompanhavam os acontecimentos com vivo interesse, e, em seus periódicos, manifestavam seu apoio e solidariedade à “causa do povo russo”. Porém, a partir de 1919, os acontecimentos na Rússia Soviética fizeram com que os debates teóricos entre as principais tendências em pugna – anarcoditadora e anarcopurita – se agudizassem dramaticamente. Finalmente, em 1921, o forte antagonismo gerado pelas disputas políticas e ideológicas havia tornado a convivência das duas facções em uma mesma central sindical insustentável e o setor anarcoditador decidiu se retirar da FORU, levando boa parte dos sindicatos que constituíam a Federação, o que provocou o seu virtual desmantelamento. Apesar do predomínio das ideias anarquistas no movimento operário ter perdurado até, aproximadamente, 1928 (RAMA, 1969, p. 64), alguns autores afirmam que essa divisão teria marcado o começo da perda de seu protagonismo e influência.

O anarquismo no Uruguai de começos do século XX

De acordo com Miguel Ángel Cappelletti, o Uruguai representa um caso particular na história do movimento libertário mundial. Em “nenhum país da América Latina, as ideias anarquistas chegaram a ser tão familiares ao leitor culto, ao político, ao intelectual e ao homem comum” (CAPELLETTI, 1990, p. 65). A profundidade com que o anarquismo “impregnava a vida da sociedade uruguaia” era perceptível, de acordo com Carlos Rama, especialmente na organização operária, na profusão da imprensa libertária e na difusão de uma ética popular solidária classista independente da ética religiosa da Igreja e da ética utilitarista da “burguesia positivista” (RAMA, 1969, pp. 64-70).

O fato de que os ácratas uruguaios tenham sido os principais atores sociais do movimento operário e social em seu país no contexto das reformas políticas, econômicas e sociais promovidas pelo batllismo fez com que as disputas em torno da “questão social” adquirissem contornos particulares. Isso porque os libertários não apenas lideraram o movimento operário em uma série de lutas e reivindicações (diminuição da jornada, abolição do trabalho noturno, indenizações por acidentes, solidariedade internacionalista etc.), como também se viram obrigados a se posicionar a respeito de melhorias que emanavam do próprio governo, o que fazia com que estas não fossem, aos olhos de muitos deles, “resultados da genuína luta popular”. Alguns grupos defendiam tais leis, qualificando-as como “progressistas” e “essenciais para o bem-estar dos trabalhadores”. Contudo, para um setor radicalizado, que estava longe de ser minoria no movimento operário, a “questão social” somente poderia ser resolvida “pelo cumprimento finalista da revolução social” (RAMA, 1969, p. 74).

Existe, na historiografia uruguaia, uma quantidade considerável de trabalhos referentes ao movimento operário no Uruguai de começos do século XX. Contudo, por motivos que examinaremos mais adiante, essa bibliografia tende a destacar a atuação do Partido Socialista ou as ações do nascente Partido Comunista.

A historiografia sobre o impacto da Revolução Russa na esquerda uruguaia

Antes de apresentarmos as leituras feitas pela historiografia sobre o impacto da Revolução Russa na esquerda uruguaia, acreditamos ser fundamental nos debruçarmos sobre a “grande transformação” pela qual passou o Uruguai no começo do século XX, enfatizando as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais operadas no país pelo *batllismo*, um

tema já clássico na historiografia uruguaia. Contudo, frequentemente há nos trabalhos dedicados ao período uma sobrevalorização do papel de José Batlle y Ordóñez ou a atribuição de uma força excessiva aos movimentos sociais. Buscando matizar a questão, Gerardo Caetano e José Rilla ponderam não ser

fácil discriminar com precisão as “parcelas de responsabilidade” nesse avanço do reformismo social. Para o [...] movimento sindical, cujas tendências reconhecíveis iam desde o anarquismo e o socialismo até o catolicismo social, as reformas eram apresentadas basicamente como concessões arrancadas aos poderes dominantes; para o batllismo, a reforma social se justificava e até se explicava por razões de caráter moral, por preceito ético para com os “humildes”: antes que uma missão cumprida “pelos de baixo” era um dever cumprido “pelos de cima”. É obvio que entre essas duas visões – um tanto quanto exageradas – circulou efetivamente a verdade das coisas. Mas também parece claro que as reformas no plano do direito trabalhista não teriam sido estendidas ao conjunto da sociedade sem o apoio do partido do governo, por mais força que tivesse – e que em ocasiões teve – a mobilização sindical. Agregue-se a isso, como característica peculiar do Uruguai na América Latina, que se bem houve transferências de lealdades entre o sindicalismo e o batllismo, este não aspirou à cooptação sistemática das lideranças sindicais e menos ainda ao patrocínio de sindicatos oficiais (CAETANO; RILLA, 2005, p. 152).

Sobre o impacto da Revolução Russa, todos os autores consultados fazem alguma referência à polêmica gerada no interior da esquerda uruguaia como um todo, ainda que sua interpretação difira. Faremos referência apenas às considerações feitas sobre esse impacto no movimento de inspiração anarquista.

Para Alberto Sendic, a Revolução Russa exerceu uma grande influência não só sobre a classe operária, mas também sobre os intelectuais. À imensa esperança que havia animado anarquistas, socialistas e reformistas em geral, somava-se uma grande confusão, pois “nos primeiros momentos cada um desses setores acreditava encontrar no triunfo dos bolcheviques o que ele buscava” (SENDIC, 1985, p.33). Com respeito aos ácratas, afirma que, se bem

saudaram ao triunfo da revolução, foram se diferenciando mais ou menos rapidamente. Ao lado da tendência tradicional que condenava o Estado e a ditadura [do proletariado] destacava-se uma corrente que refletia à luz da nova experiência na que participam os anarquistas russos [...]. Novas ideias já haviam abalado algumas velhas convicções desses setores [...] [representando uma] evolução necessária [...] para reexaminar os problemas da classe trabalhadora uruguaia (Idem, p. 34).

Ainda de acordo com Sendic, se bem a Revolução Russa passou no Uruguai por um difícil processo de “naturalização”, ao mesmo tempo, graças à influência socialista, teria feito com que o movimento operário uruguaio saísse de uma situação de esterilidade e isolamento, devido à “esclerose da direção anarquista” (Idem, p.38).

Germán Rama e Armando Miraldi, por sua vez, afirmam que a Revolução Russa fez com que alguns grupos questionassem as predominantes concepções anarquistas, nas quais o “espontaneísmo, a ação direta e a greve geral constituíam uma metodologia para a luta que culminaria na revolução social” (D’ELÍA; MIRALDI, 1984, p. 136), e passassem a defender

um sistemático trabalho de organização das massas, fazendo das reivindicações imediatas um meio para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e um fim no sentido de que através da organização e da luta, desenvolveriam uma consciência de classe que os habilitaria a assumir um papel de protagonismo no questionamento da essência mesma do sistema. (Idem, ibidem)

Os autores destacam ainda que a “criação da Internacional Sindical Vermelha⁴ [1921] acentuou as discrepâncias e os enfrentamentos” (Idem, p. 161), contribuindo ainda mais para a debilitação e cisão da FORU.

Já em *El sindicalismo uruguayo* (2006), de Universindo Rodríguez *et alli*, há um nítido destaque para a influência que tiveram os processos internos nas discussões em torno da Revolução Russa. De acordo com os autores, a partir de 1918 houve uma severa repressão ao movimento operário uruguaio pelas autoridades, cada vez mais temerosas de que o país caísse nas mãos dos “comunistas”. Isso teria gerado grande tensão no interior da corrente anarquista, fazendo com que parte dela, acreditando em uma “iminente crise do capital e inevitável derrota da burguesia”, passasse a defender os métodos e as táticas bolcheviques, tendo proposto inclusive a imediata criação de *soviets* (RODRÍGUEZ, 2006, p.54).

Apesar de anterior a essa obra, o trabalho de Fernando López D’Alessandro, *Historia de la izquierda uruguaya* (1992), talvez seja o que ofereça mais detalhes sobre o impacto da Revolução Russa no anarquismo uruguaio e sua posterior divisão. O autor também sublinha que a análise do tema não pode estar desvinculada dos processos internos.

Se bem o Uruguai sempre foi sensível a todo acontecimento internacional que implicasse em lutas da classe trabalhadora, nunca se havia dado um evento que marcasse tão profundamente o devir histórico do mundo progressista crioulo como a Revolução de Outubro e suas derivações posteriores. Contudo, se o impacto da primeira revolução socialista foi importante nas divisões, até que ponto foi o determinante? Não houve acaso fatores autóctones na dinâmica histórica nacional que deram uma coloração peculiar ao processo de divisão do anarquismo? (LÓPEZ D’ALESSANDRO, 1992, pp. 6-7)

⁴ Também conhecida por seu acrônimo em russo *Profintern*, era controlada pelo Comintern e tinha como objetivos principais coordenar as atividades dos Partidos Comunistas dentro dos sindicatos, além de contrarrestar a influência social-democrata da Federação Sindical Internacional (chamada pejorativamente de “Internacional Amarela”). Posteriormente, como parte da nova diretriz política do Comintern de organizar “frentes populares”, foi dissolvida em 1937, na busca de se eliminarem obstáculos à ação conjunta dos comunistas com sindicatos dirigidos pelos social-democratas.

De acordo com López D'Alessandro, face aos acontecimentos na Rússia, os libertários manifestaram uma “fé radical” no fim do capitalismo e na chegada da “hora revolucionária”. Por isso,

quando estourou a revolução no velho império dos tzares, se agarraram a ela apaixonadamente, às vezes sem dar lugar à reflexão. A saudação inicial à revolução de fevereiro centrou-se em destacar o fim do tzarismo e o princípio do fim para a guerra mundial [...]. Mais tarde, preocuparam-se em “demonstrar” que a Revolução Russa era anarquista e não socialista. (Idem, p. 153)

Essa saudação dos ácratas uruguaios à Revolução, portanto, justificava-se com a convicção de que uma época revolucionária havia chegado e que a revolução no Uruguai era parte de um “movimento revolucionário mundial, tal como acreditavam os socialistas internacionalistas” (Idem, p.165). Destarte, era necessário fazer a revolução o mais rápido possível e manifestar *solidariedade revolucionária* aos povos em luta. Posteriormente, quando se tornou mais evidente a orientação da Revolução Russa, tal argumento será questionado pelos anarcopuritas e ocorrerá o embate destes contra os anarcoditadores.

Apesar da importância que teve o impacto da Revolução Russa no movimento anarquista uruguaio, o tema tem ocupado, geralmente, um papel secundário nos trabalhos relativos ao movimento operário do período, seja devido à sobrevalorização das forças do Partido Socialista ou à produção historiográfica de quadros do Partido Comunista. Entretanto, o tema é incontornável em qualquer trabalho sobre a trajetória desse movimento, pois, durante muito tempo, os anarquistas controlaram a maior parte dos sindicatos e

possuíam mais peso social que o PS [Partido Socialista]. Sua maior inserção [na classe] trabalhadora fazia que qualquer conflito dentro das organizações sindicais imediatamente tivesse repercussões no mundo do trabalho; o sindicato tinha uma relação mais direta com a sociedade e com os trabalhadores que os partidos políticos de esquerda. (Idem, p. 285).

Por isso, falta uma investigação que avalie com mais detalhes de que maneira a Revolução Russa repercutiu sobre o movimento operário uruguaio de inspiração libertária, e que atribua ao processo de divisão do movimento anarquista naquele país a devida importância que de fato teve para os trabalhadores do período. Para tanto, além das fontes bibliográficas e dos arquivos dos sindicatos, é fundamental recorrer à imprensa operária uruguaia da época.

Imprensa escrita como fonte e imprensa operária

Com a renovação da história política, a imprensa tornou-se uma das fontes mais utilizadas pelos historiadores. Entretanto, algumas questões devem ser consideradas no tratamento e historicização desse tipo de fonte. Em primeiro lugar, é necessário pensar na própria *materialidade* do periódico, tendo em vista “a interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos” ((LUCA, 2002, p. 132). Em outras palavras, deve-se atentar para o fato de que o título, o número de páginas, as eventuais ilustrações ou imagens, a disposição gráfica, o destaque dado à determinada informação ou evento, os discursos veiculados e a maneira como são apresentados, além do próprio conteúdo não são “naturais” ou frutos do “acaso”, mas escolhidos (ou impostos) por motivações específicas relacionadas aos responsáveis pela linha editorial, aos mantenedores financeiros da publicação, às facilidades ou dificuldades de distribuição e circulação, além do público que se deseja atingir (Idem, p. 140). Assim, não se trata de “extrair um ou outro texto [...], mas antes prescrever a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinear uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto da pesquisa historiográfica” (Idem, p. 141).

No caso específico da imprensa operária de começos do século XX, produzida em muitos países sul-americanos, o investigador deve ter em mente que não está lidando com órgãos da grande imprensa, nem com *jornais* tal como concebidos atualmente, e sim que irá, na maioria das vezes,

manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, por vezes redigidas em língua estrangeira, [...] impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contava com subscrição dos próprios leitores para sobreviver. [Os periódicos podem fornecer dados] [...] acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais [...] [constituindo-se] em instrumento essencial de politização e arregimentação. (Idem, p. 119)

Essas especificidades não podem ser negligenciadas pelo historiador que se debruça sobre periódicos operários.

Imprensa operária e sindical no movimento operário rioplatense

A importância que a imprensa operária e sindical teve para o movimento operário no Rio da Prata é sublinhada por Carlos Rama (1969), Mirta Zaida Lobato (2005) e Daniel Álvarez Ferretjans (2008). De acordo com Zaida Lobato, os periódicos “tiveram um papel importante na difusão das ideias de todo tipo, sejam elas liberais, católicas, libertárias, socialistas ou comunistas” (ZAIDA LOBATO *apud* ÁLVAREZ FERRETJANS, p. 409). Carlos Rama afirma que um dos fatos mais surpreendentes quando se estuda esse período da história do Uruguai “é comprovar a profusão da imprensa do movimento operário e social. Especialmente os anarquistas alentaram uma floração jornalística inimaginável, prova de inquietude programática e docente da militância operária” (RAMA, 1969, p. 63). Por sua vez, Álvarez Ferretjans sustenta que

Apesar de sua irregularidade, heterogeneidade e seu alcance limitado, a imprensa sindical contém, como fonte historiográfica, um conjunto de informações, opiniões e referências às vivências dos trabalhadores e se transforma em um material indispensável para o desenvolvimento dos estudos históricos sobre o movimento sindical. Através da leitura de muitos desses periódicos, de vida efêmera e de tiragens limitadas, emanados de alguma sociedade ou biblioteca proletária, é que muitos militantes abraçaram a causa operária e se nutriram de propaganda, doutrina e educação política e social. (ÁLVAREZ FERRETJANS, 2008, p. 410).

Mais do que “informar”, portanto, os jornais deveriam ser úteis no campo da propaganda ideológica. As referências aos trabalhadores rurais eram quase nulas, já que o público-alvo era o trabalhador assalariado, presumido “ator da transformação social” (Idem, p. 409).

No caso do movimento libertário uruguaio, a capital, Montevideu, concentrava o maior número de organizações, publicações e militantes anarquistas. Não obstante, uma das características da imprensa libertária uruguaia da época é justamente não ter tido órgãos regulares e de longa duração que pudessem fazer uma propaganda sistemática de suas ideias. *El Hombre* e *La Batalla* são algumas das poucas exceções, tendo circulado de 1915 a 1925 e de 1917 a 1926, respectivamente, com tiragens relativamente grandes para os padrões da época. Portanto, supomos que tenham sido capazes de criar comunidades de leitores sensíveis aos seus questionamentos. Além disso, em meio à infinidade de publicações anarquistas, das mais diversas tendências, *El Hombre* e *La Batalla* se destacaram em meio à polêmica gerada

pela Revolução Russa, já que ao seu redor aglutinaram-se as principais posições da militância ácrata com relação àquele acontecimento.

A imprensa anarquista como vetor da cultura política libertária

Entendemos que os periódicos em questão, *El Hombre* e *La Batalla*, além de reunirem ao seu redor as principais tendências do movimento operário anarquista uruguaio no período em questão, atuaram também como importantes vetores de uma *cultura política libertária*.

“Cultura política” é uma categoria que vem sendo cada vez mais utilizada, dentro e fora dos meios acadêmicos, nem sempre com o devido rigor conceitual. Advertindo para o risco de uma banalização do termo, Rodrigo Patto Sá Motta (2009) oferece importantes contribuições para sua devida conceituação. Baseando-se em autores como Serge Bernstein, Jean-François Sirinelli e René Rémond, Motta ensaia uma definição de cultura política como sendo o

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Importa realçar que a categoria representações está sendo entendida [...] com base em enfoque de sentido amplo, [...] [configurando] um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras etc.). [...] Na acepção usada aqui, cultura política só pode existir na duração, como fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo [...], [não havendo] lugar para o efêmero (MOTA, 2009, pp. 21-22).

O autor destaca ainda que as culturas políticas são “mais bem observadas em dimensão comparativa”, sem que isso signifique haver qualquer “hierarquia de culturas políticas”, nem que sejam “realidades estanques”, já que podem ser influenciadas umas pelas outras e pela própria ação do tempo (Idem, p. 22). Ademais, faz questão de afirmar que não se deve restringir o estudo das culturas políticas às representações — já que elas não existiriam sem as ações práticas correspondentes —, nem menosprezar a importância dos “vetores sociais responsáveis pela [sua] reprodução [...], como família, instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos” (Idem, p.23). Sendo assim, a categoria *culturas políticas* não deve ser tomada como um fator abstrato, isolado e definitivo, mas entendida sempre em sua relação indissociável com outros aspectos da vida social, como a economia, os fatores sociológicos etc.

É com base no marco teórico apresentado acima que o anarquismo pode ser definido como uma *cultura política*. O anarquismo nunca foi um movimento homogêneo, nem ideologicamente nem em sua militância. Por isso, parece ser um paradoxo que a incrível diversidade dessa corrente não haja impedido os anarquistas de se pensarem como um grupo portador de uma forte identidade comum. Contudo, como afirma Gaetano Manfredonia,

tal paradoxo é apenas aparente. Se em lugar de analisarmos as correntes anarquistas em um plano puramente ideológico [...] tentarmos explicar os comportamentos libertários a partir do estudo dos sistemas de referência ou das representações compartilhadas pelo conjunto dessa família política, as oposições ideológicas se desvanecem. [...]. [O]s anarquistas são portadores de uma verdadeira cultura política [...] que faz com que eles não apenas tenham uma maneira própria de fazer política ou de reagir face aos acontecimentos, mas igualmente uma visão de mundo comum fundada sob um sistema de normas e de valores que lhes são próprios. (MANFREDONIA, 1999, p. 245).

Além disso, é preciso reconhecer que a cultura política libertária, como qualquer outra cultura política, não pode ser concebida como imutável e alheia às influências do tempo, do espaço e da cultura local. Isso fica claro no caso da resposta do movimento libertário uruguaio à Revolução Russa, já que se bem esta exerceu considerável influência sobre o conjunto da militância ácrata, mesmo o setor anarcoditador – que continuou apoiando-a após 1919 – jamais deixou de definir-se como *anarquista*, de veicular textos de pensadores libertários em seu principal periódico (*La Batalla*), nem sacrificou sua independência organizacional em função de socialistas e comunistas.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos uma primeira aproximação ao impacto da Revolução Russa no movimento operário uruguaio de inspiração libertária. Para tanto fizemos considerações sobre o contexto histórico do Uruguai e também sobre os diários libertários que representavam as principais posições que a militância ácrata do país assumiu com relação àquele evento. Como foi visto, a historiografia ainda não deu a devida atenção a essa repercussão e à posterior divisão que ela acarretou.

Acreditamos que considerar o anarquismo como uma cultura política dotada de valores e referenciais próprios (alguns deles compartilhados com os socialistas), que se viu obrigada a dar respostas a uma situação tão singular, pode ajudar-nos a chegar a ter uma visão mais apurada do que aquele acontecimento representou. De qualquer maneira, uma investigação que busque dimensionar efetivamente o impacto que a Revolução Russa teve no movimento

operário anarquista uruguaio não poder deixar de refletir sobre as seguintes perguntas: como a influência do socialismo soviético contribuiu para diminuir a preponderância libertária no movimento operário e social no país? Em que medida as disputas sobre as interpretações da Revolução acirraram as divergências no movimento libertário uruguaio e contribuíram para sua divisão? O que essa divisão representou para os trabalhadores do período? Essas são questões que ainda permanecem em aberto.

Bibliografia

ÁLVAREZ FERRETJANS, Daniel. La cuestión social: La prensa obrera y los diarios pioneros de los partidos de izquierda. In: ÁLVAREZ FERRETJANS, Daniel. *Historia de la prensa en el Uruguay: desde La estrella del sur a Internet*. Fin de Siglo, 2008.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporánea del Uruguay: de la Colonia al siglo XXI*. Montevidéo: Fin de Siglo, 2005.

CAPELLETTI, Miguel Ángel et RAMA, Carlos. *El Anarquismo en la América Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990.

D'ELÍA, Germán; MIRALDI, Armando. *Historia del movimiento obrero en El Uruguay: Desde sus orígenes hasta 1930*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

FREGA, Ana. La formulación de un modelo. 1890-1918. In: FREGA, Ana et alli. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

LÓPEZ D'ALESSANDRO, Fernando. *Historia de la izquierda uruguaya: La fundación del Partido Comunista y la división del anarquismo (1919-1923)*. Montevidéo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Historia contemporánea de América Latina*. 7ª ed. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2006.

MANFREDONIA, Gaetano. *Persistence et actualité de la culture politique libertaire*. In: BERNSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris: Le Seuil, 1999.

MÉNDEZ VIVES, Enrique. *Historia uruguaya: El Uruguay de la modernización (1876-1904)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

RAMA, Carlos. *La "cuestión social"*. In: *Cuadernos de Marcha n°22: Montevideo entre dos siglos (1890-1914)*. Montevideo: Marcha, 1969.

RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata vol 2*. Florianópolis: Insular, 1999.

RODRÍGUEZ, Universindo et alli. *El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación*. Montevideo: Taurus, 2006.

SENDIC, Alberto. *Movimiento obrero y luchas populares en la historia uruguaya*. Montevideo: Movimiento Independiente 26 de Marzo, 1985.

ZAIDA LOBATO, Mirta. *Palabras proletarias, utopías, derechos y ciudadanía en la prensa gremial del Río de la Plata (1890-1955)*. Buenos Aires: Flacso, 2005.